



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO N° 02/2004

**Dispõe sobre as normas de funcionamento da
Assembléia Constituinte Interna da
Universidade Federal do Tocantins - UFT**

O Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 20 de abril de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º - A Assembléia Constituinte Interna da Universidade Federal do Tocantins – UFT será autônoma, entendendo-se por isso que os delegados representantes das categorias docente, discente e técnico-administrativa serão eleitos direta e livremente por seus pares, através do voto secreto.

Art. 2º - O projeto final de Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins – UFT, será submetido ao Conselho Universitário da UFT para a sua aprovação.

§1º - As atividades da Assembléia Constituinte Interna precedem a todas as demais da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

§2º - A Constituinte Interna será deflagrada inicialmente em cada *campus*, garantindo a participação plena da comunidade universitária.

§3º - As atividades iniciais da Constituinte Interna deverão ser desenvolvidas no prazo de até 3 (três) meses a partir da data de aprovação da presente Resolução.

§4º - Cada *campus* deverá se organizar segundo as suas especificidades para realizar os debates internos desta primeira etapa.

§5º - No dia 26 de junho de 2004 proceder-se-á à eleição dos delegados das categorias docente, discente e técnico-administrativa, observando-se os critérios de paridade e proporcionalidade. A eleição será organizada por *campus*, conduzida por uma Comissão Eleitoral indicada pelo Conselho Diretor da referida Unidade.

Art. 3º - A Assembléia Constituinte interna de que trata o Artigo 1º desta Resolução compor-se-á de 42 (quarenta e dois) delegados, representantes das categorias docente, discente e técnico-administrativa, assim distribuídos:

I – 20 (vinte) representantes dos docentes;

II – 20 (vinte) representantes dos discentes;

III – 02 (dois) representantes dos técnico-administrativos.

§1º – Cada eleitor poderá votar em apenas um candidato de sua categoria.

§2º - Serão convocados como suplentes, no caso de afastamento definitivo de titulares, os candidatos mais votados dentro da categoria, pela ordem de votação.

§3º - Tão logo ocorra o aumento no Quadro de Servidores Técnico-Administrativos, por força de Concurso Público, o número de delegados representantes desta categoria se equipará, automaticamente, às demais, ficando estabelecido em 20 (vinte) delegados.

§4º - Fica assegurado a cada *campus* o mínimo de 1 (um) delegado por categoria.

Art. 4º - O Reitor designará uma Comissão Eleitoral, composta por 1 (um) representante da Reitoria e 2 (dois) representantes de cada segmento indicados por suas entidades representativas, cuja função técnica será a coordenação e execução, junto às Comissões Eleitorais de cada *campus*, do processo eleitoral.

Parágrafo Único – A eleição será realizada concomitantemente para as três categorias.

Art. 5º - Eleitos os delegados e recebidos, da Comissão Eleitoral, os resultados oficiais da eleição, o Reitor instalará a Assembléia Constituinte interna da Universidade Federal do Tocantins – UFT e dirigirá a sessão de eleição de sua Mesa Diretora, dando-lhe posse imediata.

§1º - A Mesa Diretora será composta por:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) 1º Secretário;
- d) 2º Secretário.

§2º - Imediatamente após a posse, a Mesa Diretora elaborará o regimento que fixará os critérios de funcionamento da Assembléia Constituinte Interna, o qual será aprovado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos constituintes, observado o disposto na presente Resolução e no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º - Os projetos de Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins – UFT serão promulgados, após aprovação em dois turnos de discussão e votação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos constituintes, até 20 de dezembro de 2004, sendo a seguir submetidos ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins – UFT, observado o disposto no Artigo 1º da presente Resolução e ao que estabelece o Conselho Nacional de Educação.

Art. 7º - O funcionamento da Assembléia Constituinte Interna será priorizado da seguinte forma:

- I – os representantes de cada categoria deverão ser eleitos no dia 26 de junho de 2004;
- II – os trabalhos da Constituinte Interna serão instalados no dia 29 de junho de 2004;
- III – o prazo de funcionamento dos trabalhos da Constituinte interna será até 10 de dezembro de 2004.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 9º - A presente resolução entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Palmas, 20 de abril de 2004

Prof. Alan Barbiero
Presidente